



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL**

Candida Tatiane de Freitas Gomes

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil.

2010

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL

por

Candida Tatiane de Freitas Gomes

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Professora Dra. Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel

Capão da Canoa, RS, Brasil.

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL E SOCIAL**

elaborado por
Candida Tatiane de Freitas Gomes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dra. Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel
(Presidente/Orientador)

Professora Mda. Adriane Cenci

Professora Ms. Tatiane Negrini

Capão da Canoa, novembro de 2010.

RESUMO

Artigo Monográfico de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL

AUTORA: CÂNDIDA TATIANE DE FREITAS GOMES
ORIENTADORA: AMARA LÚCIA HOLANDA TAVARES BATTISTEL
Data e local de defesa: Capão da Canoa, 22/11/ 2010.

Esta pesquisa consiste em um estudo qualitativo que teve com o objetivo conhecer as concepções e sentimentos das famílias de alunos com necessidades especiais sobre o processo de educação inclusiva. No referencial teórico destacam-se os aspectos históricos da deficiência e da inclusão no Brasil e no Mundo; a importância de diferentes agentes – sujeito, família, professores, escola e comunidade – para viabilização do processo de inclusão. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com famílias de sujeitos com necessidade educacional especial que estudam em escola especial e em escola regular, considerado com desenvolvimento típico, e que estuda em escola inclusiva. A análise dos dados demonstra que as famílias encontram muitas dificuldades em relação ao entendimento sobre o processo de inclusão reduzindo-o, com frequência, a uma inserção física e social do sujeito com necessidades especiais, configurando uma compreensão distorcida do processo. Foi possível observar que o processo de educação inclusiva no município de Capão da Canoa vem se realizando de forma gradativa e ainda muito tímida, apontando a necessidade de um trabalho mais enfático na área, integrado e coletivo entre escola, sujeito e família, considerando a importância da contribuição e do engajamento desta última para a viabilização e o sucesso deste processo. Desse modo o movimento inclusivo existe, porém é algo novo, que avança e exige mudanças profundas na família, na escola e no olhar sobre as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Família, escola, inclusão.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	05
2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	07
3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	08
3.1 A Instituição Familiar.....	10
3.2 A Educação Especial no Brasil.....	13
3.3 Inclusão e Escola.....	15
3.4 Inclusão e Família.....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS.....	25
ANEXO A – Ficha de entrevista	26

1 APRESENTAÇÃO

A Inclusão é a promoção, admissão e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares por meio da participação integrada, com vistas à aquisição da autonomia moral e intelectual desses alunos.

A inclusão de alunos com deficiências nas escolas ainda tem ocorrido timidamente, a maioria das escolas está longe de viabilizar a inclusão. Na prática a escola recebe o aluno e o segrega no próprio ambiente escolar criando salas especiais, ou quando não oferece condições adequadas à sua participação na sala comum com os demais alunos, alegando despreparo de seus docentes. Vale salientar que incluir não significa tratar todos como iguais anulando as diferenças, e a diversidade pode ser um elemento enriquecedor para a aprendizagem.

Portanto, é evidente a necessidade de mais investimentos na área da educação para que o propósito da inclusão ocorra. Porém, é importante ressaltar que não basta apenas investimento financeiro, há a necessidade de suporte ao professor e também a parceria com as famílias das crianças incluídas, porque é por elas que começa este processo de inclusão e, assim, devemos buscá-la para este convívio.

Às vezes a família é a primeira a demonstrar medo, na medida em que limita, exclui, não acredita nas potencialidades de um filho, uma vez idealizado como “perfeito”, mas que nasceu “diferente”. Todas estas tensões emocionais dificultam a comunicação, e esta poderá prejudicar a socialização desta criança, porque se a família não acredita em suas potencialidades, não realiza movimento de inserção social e o comum é que a sociedade também não o faça.

Com frequência as famílias infantilizam estes filhos e os deixam em situação de incapacidade e de insegurança, porque agem de forma superprotetora, por medo, insegurança e muitas vezes sentimentos de culpa. Muitas vezes agem como se fosse viver para sempre e que seu filho nunca precisará sair debaixo de seus olhos. Esse tipo de comportamento encontrado em pais cujos filhos têm o desenvolvimento típico torna-se mais exacerbado em pais cujas crianças possuem alguma necessidade especial. Muitos pais, na ânsia de consertar o que pensam ser uma falha (ter um filho com necessidades especiais) cometem ainda mais erros quando

adotam atitudes que fazem deste filho um “objeto” incapaz de agir, pensar e produzir por conta própria.

A influência familiar é um fator determinante, de extrema importância, positiva ou negativa, na facilitação ou no impedimento da inclusão. Existem famílias que defendem a inclusão de indivíduos com deficiência, outros não gostariam da inclusão por temerem a rejeição e as atitudes discriminatórias.

Diante da reconhecida importância da família na constituição do sujeito em seu processo de socialização, uma vez que a família é o primeiro agrupamento social da criança, esta pesquisa tem como objetivo conhecer as concepções e os sentimentos da família frente ao processo de inclusão social e educacional de crianças com necessidades especiais.

Sabe-se que embora a família seja o primeiro grupo social que o ser humano faz parte, a responsabilidade pela inclusão social não pode ser restrita à família. Muitas vezes estas necessitam de ajuda e apoio para conhecerem e acessarem a legislação e os bens socialmente constituídos que possam lhes garantir direito à participação social. Assim, os profissionais qualificados devem trabalhar juntos com a família e a escola para a efetiva inclusão escolar e sociocultural.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa adotou-se como metodologia a pesquisa de abordagem qualitativa de natureza descritiva. A abordagem qualitativa conforme Richardson e Peres (1999) tenta compreender minuciosamente significados e características situacionais apresentados pelos pesquisados. A natureza descritiva para Gil (2006) tem por objetivo estudar as características de um determinado grupo e pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para tanto foram investigadas quatro famílias que têm entre seus membros crianças com deficiência. As famílias foram escolhidas entre as famílias que possuem filhos matriculados na escola. O instrumento utilizado para a coleta e análise de dados foi realizado uma entrevista com questões fechadas (APÊNDICE A). As famílias foram entrevistadas no ambiente doméstico, a partir da observação de que neste contexto todos se sentiram mais a vontade para responder as questões abordadas.

A entrevista foi realizada na residência de cada uma das famílias, onde estas respondiam aos questionamentos que eram transcritos pela entrevistadora. Para a realização das entrevistas, as famílias foram informadas anteriormente da proposta e se dispuseram a colaborar no que fosse necessário.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Debater sobre educação especial remete a uma reflexão sobre inclusão numa perspectiva histórica. O movimento de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais perpassou por diversas fases caracterizadas pelo momento histórico, pela compreensão da importância da garantia dos direitos humanos, pela democratização da sociedade, pela descoberta de novas teorias e construção do conhecimento em diferentes áreas, tais como, psicologia medicina, educação, ciências sociais, entre outras. De modo que é fundamental vincular as condições históricas na reflexão da inclusão das pessoas com necessidades especiais, pois é com a história que os saberes e práticas são construídos.

Pode-se situar os primórdios da Educação Especial pelos finais do século XVIII. Esta época é caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou esta prática, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir as causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas. Considerou-as possuídas pelo demônio e outros espíritos maléficos e submetia-as a prática de exorcismo. (LIMA,2009, s.p.)

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, as pessoas com deficiência eram associadas à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, pois faziam parte de uma categoria: a dos excluídos. Estes, então, deveriam ser afastados do convívio social. Havia duas posições ambíguas: uma era a marca da punição divina, e outra a expressão do sobrenatural.

Em meados do século XVI a questão da diferença passa da órbita da influência da igreja para se tornar objeto da medicina.

Nos séculos XVI e XVII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de investigações estatais. Para mudar esta situação começaram a surgir às primeiras experiências positivas: O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), que em meados do século XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a Educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito ele é reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral. (LIMA, 2009)

Essa prática de institucionalização das pessoas deficientes é considerada por Correia (1999) como um período de segregação, em que as escolas especiais foram fundadas, com a finalidade de isolar e separar as crianças com necessidades especiais das crianças dentro dos padrões. Isto reforça a constatação de que as

relações e os modelos de crianças com NEE eram limitados ao seu grupo de convívio.

O atendimento a deficientes mentais foi marcado pelos estudos que médico francês Jean Itard realizou com um menino – Vitor - de mais ou menos 12 anos de idade encontrado perto da floresta de Aveyron na França, este ficou conhecido como Menino de Aveyron. Durante cinco anos o médico dedicou-se a ensinar Vitor a ler, escrever e comportar-se como um humano, seus esforços foram em vão, pois o menino apenas aprendeu a ler a palavra leite. Jean Itard foi reconhecido como pai da educação especial por ser o primeiro a usar o método de sistematização.

Maria Montessori (1870-1956) aprimorou os processos de Itard, iniciou um trabalho com crianças com necessidades especiais na clínica da universidade, vindo posteriormente dedicar-se a experimentar em crianças sem comprometimento algum, os procedimentos usados na educação dos que tinham comprometimento.

Em 1896, de acordo com Mazzota (1996) foi aberta em New York a primeira classe especial diária para “retardos mentais”. Em 1940 foi criada em New York uma associação de pais de crianças com paralisia cerebral, e além desta, foram criadas outras associações por pais de jovens que voltaram da segunda guerra mundial com sequelas. Estes fatos apontam a organização familiar como determinante para o processo de atendimento das crianças com NEE.

Neste momento, dois aspectos são considerados primordiais nos movimentos pela integração de pessoas com necessidades educacionais especiais na Europa: as duas grandes guerras e movimento pelos direitos humanos. As guerras produziram legiões de pessoas debilitadas e mutiladas, tanto física quanto mentalmente, sendo necessária a criação de uma declaração que viesse reintegrá-las a sociedade. E em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos apregoa que todo o ser humano nasce livre e igual tanto em dignidade quanto em direitos.

Segundo Correa (1999) o termo integração tem sua origem no conceito de “normalização” e aproxima-se do conceito de “meio menos restrito possível” para referir a prática de integrar a criança com necessidades educacionais especiais na escola regular.

Na década de 60 surgem as primeiras experiências de integração das crianças com deficiência nos EUA e na Europa, enfatizando o atendimento dessas em escolas regulares. Da integração inicial nasce à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, o que transforma os padrões mundiais da

educação especial. Enquanto os modelos médicos isolaram os indivíduos deficientes por séculos enfocando o modelo terapêutico, a inclusão fez nascerem novas ideias de desinstitucionalização, chegando à proposta da inclusão. A base deste processo foi à conferência mundial sobre NEE, conhecida como Declaração de Salamanca, realizada na Espanha em 1994.

Destacam-se pontos desta Declaração:

A educação de jovens, crianças e adultos com necessidades educativas especiais no sistema regular de educação; o sistema de educação deve ser planejado, e os programas educativos implementados, com vistas à diversidade; as escolas regulares constituem os meios mais capazes para construir uma sociedade inclusiva; desta forma, foi reafirmado o direito a educação para todos. (Declaração de Salamanca, 1994, p.11)

Este documento delibera o princípio das escolas inclusivas e novas concepções sobre necessidades educacionais especiais. “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam” (Declaração da Salamanca, 1994, p.12).

3.1 A Instituição Familiar

A instituição da família pode ser comparada com a humanidade quanto à antiguidade, e como esta, passou por mudanças significativas, sofreu ajustamentos e evoluções, acompanhando o ritmo da evolução social. Diante do contexto deste trabalho, a família também evoluiu e passou por mudanças que permitiram um melhor entendimento e compreensão quando colocada diante das necessidades especiais.

De acordo com Foucault (2001) e Donzelot (2001) apud Turchiello (2009), a preocupação com as crianças no século XVIII se mostrou em crescimento, passando da mera preocupação com a ascendência, descendência e com a dependência dos filhos, para uma preocupação maior com questões educacionais e sociais. Diante dessa nova reestruturação familiar que começou a se preocupar com a educação, a família passa a assumir um papel importante na sociedade educativa.

De acordo com Donzelot (2002, p.21-22) as famílias passam a buscar novas condições de educação para seus filhos, e essas estratégias se organizam de duas

formas distintas: a medicina doméstica e a economia social, que tem como alvo de suas ações, a família burguesa e a família popular, respectivamente.

Para a classe burguesa houve a instauração do médico de família, que traduz um contexto familiar responsabilizado pelo cuidado com os filhos, levando-os ao estado de vigilância permanente com relação aos filhos. (FOUCAULT, 2001 apud TURCHIELLO, 2009).

Esse novo corpo familiar constituído a partir da intervenção médica é chamado por Foucault (2001) apud Turchiello (2009), como ‘família-célula’, onde existe um estreitamento de relações entre pais e filhos, principalmente com relação à mãe, que passa há passar mais tempo no cuidado dos filhos, eliminando a constante presença de serviçais, solidificando o ambiente familiar, que se torna mais afetivo. Diante desta vigilância e desse cuidado corporal e afetivo mais constante, se torna visível a diminuição das doenças.

Com relação às famílias de pessoas com deficiência, a narrativa histórica nos mostra uma aproximação entre os pais e filhos deficientes. Em diferentes momentos, as relações entre pais e filhos deficientes eram distantes e priorizava uma ocultação do ‘problema’, um afastamento do convívio familiar e social. Em épocas identificadas pela Revolução Industrial, o abandono do filho que motivava a vergonha ocasionavam o abandono e o infanticídio.

De acordo com Donzelot (2001) apud Turchiello (2009), nas famílias populares, também se tem como foco, a preocupação com a infância, mas ocorriam de forma diferente, pois os problemas da família burguesa não eram os mesmos das famílias populares. A produção de discursos higiênicos no contexto popular encontra na “economia social” a possibilidade de investir nas famílias buscando:

Entravar liberdades assumidas (abandono de crianças em hospícios para menores, abandono disfarçado em nutrizes), [...] controlar as uniões livres (desenvolvimento do concubinato com a urbanização na primeira metade do século XIX), [...] impedir linhas de fuga (vagabundagem dos indivíduos, particularmente das crianças). Em tudo isso não se trata de assegurar proteções discretas, mas sim de estabelecer vigilâncias diretas. (DONZELOT, 2001, P. 27 apud TURCHIELLO, 2009.).

Nas famílias populares os problemas giravam em torno da relação adulto-criança, e era preciso controlar a produção de crianças, do abandono a que eram submetidas e pelos atos de promiscuidade que sofriam de seus pais. De acordo com

Donzelot (2001) apud Turchiello (2009), as famílias se preocupavam com sua honra e reputação, que podia ser comprometida pela presença de filhos adúlteros e rebeldes, de filhas de má reputação e, adicionaria aqui, daqueles que apresentassem alguma deficiência.

Ainda para este autor, o surgimento de diferentes espaços, como hospitais gerais, conventos e hospícios apareceu como forma de efetivar uma reorganização familiar das classes populares, se constituindo como observatórios das condutas, servindo, então, de apoio para uma série de intervenções na vida familiar, inclusive servindo amplamente às famílias de pessoas com deficiência, no sentido de eximilas da responsabilidade de cuidados com os filhos deficientes.

Iniciado o século XIX, surge o salário-família, destinado às famílias populares, objetivando possibilitar uma atuação do médico sobre as crianças, além de um apoio financeiro. Paras Foucalt (2001) apud Turchiello (2009), essa preocupação com a organização e com o controle econômico e político das classes populares provoca um investimento na consolidação do matrimônio e, conseqüentemente, na constituição de um espaço familiar organizado internamente, diminuindo os custos do Estado com a assistência às famílias populares.

Para Donzelot (2001, p. 42) apud Turchiello (2009), diante desse entendimento, as casas populares passam a uma organização rigorosa, afastando os estranhos do convívio familiar em um espaço que se forma mais intimamente. É dada prioridade aos pais para que se mantenham em cômodos separados dos filhos e que, quando possível, os filhos homens não ocupem o mesmo espaço que as filhas mulheres. É estabelecida maior vigilância sobre os filhos, mantendo-se o espaço familiar organizado de tal forma higiênica e protegido das influências exteriores. Desse modo, o que se pretende no campo da família popular é “organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico pequeno o bastante para que a família possa nele viver e distribuído de tal forma que os pais possam vigiar os filhos”.

Nosso contexto atual iniciado com a família vigilante se constitui como ferramenta para a ingerência dos sujeitos deficientes. Na procura por saberes sobre esses sujeitos, as famílias de pessoas com NEE passam a desempenhar funções diferenciadas que atentam para o controle e a vigilância dos comportamentos, hábitos e atitudes dos filhos num contexto restrito. As famílias da Modernidade necessitam se reestrutura e se organizar para atender aos novos comportamentos, o

que exige uma maior aproximação dos filhos com NEE, e responsabilizando-se verdadeiramente pelo seu cuidado e seu desenvolvimento.

3.2 A educação especial no Brasil

Somente na década de 50, após mais de um século de existência em outras partes do mundo, a educação para pessoas com deficiência surge oficialmente no Brasil. Do final do século XIX até então, todas as tentativas ocorridas nesse país se resumiam a iniciativas isoladas de caráter privado. Assim como no resto do mundo, esse trabalho foi marcado pela segregação. Ao surgir como política pública, a educação das pessoas com deficiência foi chamada de "educação dos excepcionais". Coordenada pelo Ministério da Educação por meio das "Campanhas", cuidava do atendimento educacional a um tipo específico de deficiência. A primeira de todas foi a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro, existente até hoje no Rio de Janeiro com o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos.

Em 1957, a educação especial é assumida em âmbito nacional, em 1961, vigora a 1ª LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesta lei constavam os artigos (88 e 89) garantindo o direito à educação de pessoas deficientes, procurando integrar estas à sociedade.

A Constituição de 1967 possui artigos assegurando os direitos aos deficientes de receberem educação para se integrarem à sociedade.

Nos anos de 1960 a 1970 o governo transferiu sua responsabilidade para as ONGs (Organizações Não Governamentais), por ocasião do crescimento das filantropias, embora o próprio governo tenha contribuído em 1970 com a criação do (CENESP) Centro Nacional de Educação Especial, ligado ao Ministério da Educação e Cultura.

A Constituição Brasileira de 1988 possui vários artigos e incisos sobre educação, que visam restituir a pessoa deficiente, ou mais, integrá-la à vida social. Entre esses artigos está o artigo 208, que destaca que “*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino*”.

Somente em 1996 entra em vigor a Lei 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, criada para se adequar em consonância com a Constituição

Brasileira. Esta lei traz consigo inovações, não só para a educação em geral, como para a educação especial. Para esta foi dedicado um capítulo com referências à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, ampliando as oportunidades destes indivíduos desde a educação infantil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (LDB 9394, 1996).

Os primeiros atendimentos no Brasil foram voltados primeiramente para pessoas surdas e cegas. Em 1854 foi fundado o primeiro instituto para cegos, e em 1857, o primeiro instituto para surdos ambos no Rio de Janeiro.

Nesta época foram criados alguns institutos para atendimento de pessoas deficientes, copiando os modelos europeus. No começo eram considerados abrigos que protegiam como uma espécie de internato.

De 1905 a 1950, todas as instituições eram particulares, de cunho assistencialista, porém as iniciativas oficiais também aconteceram nesta época, no entanto nem oficiais nem particulares deram conta de atender o número acentuado de pessoas deficientes existentes.

Apesar do processo evolutivo que a Educação Especial vem atingindo, podemos questionar o porquê de várias ações para a educação especial continuarem sendo tão lentas e por que os serviços de caráter clínico continuam sendo criados e mantidos em detrimento do pedagógico.

Apesar da garantia legal e da implementação de uma política inclusiva, podemos questionar por que ainda faltam escolas para crianças, sejam elas “normais” ou “deficientes”? E na garantia de acesso, como se efetiva a permanência dessas crianças na escola? Será que de fato se garante a permanência dessa criança nessa escola de qualidade, capaz de construir aprendizagens e conhecimentos visando o sucesso dos alunos?

Contudo, apesar de toda evolução que a educação especial atingiu até hoje, vemos que ainda é necessário muito investimento em educação, para isto precisamos conscientizar pais, alunos, professores e principalmente o poder público para que invistam em nesta área.

3.3 Inclusão e escola

Embora se saiba que existem leis que garantem a inclusão, estas são insuficientes para garanti-la, se for levado em consideração todos os outros aspectos que precisam existir para o acontecimento da inclusão. Sabe-se também que este é um movimento cuja responsabilidade recai sobre todos os agentes envolvidos neste processo, a escola, os profissionais, a família, os gestores, entre outros.

A escola tem que ser a construtora do saber com justiça social, promovendo a discussão de temas como ética direitos humanos, diversidade, participação política [e] paz, dentro da sala de aula, como eixos integradores do desenvolvimento curricular. (GOTTI, 2004, s/p.)

Em relação à participação do professor e profissionais da educação é necessário a promoção de cursos e capacitação para que estes possam melhor conduzir o processo em sua sala de aula. Há um consenso de que não só os professores em formação, mas também, todos que se encontram em exercício devem ser contemplados com novos conhecimentos, proporcionando assim ações pedagógicas inovadoras. Uma boa formação de professores deve contemplar a reflexão sobre os valores educacionais, as vivências, o trabalho em equipe, aceitando a ideia de mudança do ensino. A educação especial é vista como um subsistema à parte da educação, colaborando com a crença equivocada sobre a existência de duas educações a comum e a especial.

Diversos educadores entendem educação especial como uma modalidade que substitui a escolarização no ensino comum, voltada somente para crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). Isto significa que uma criança com NEE passaria a infância e adolescência em uma escola especializada, convivendo apenas com colegas deficientes, recebendo conteúdos escolares adaptados e terapias. Contudo, a escola, no modo em que hoje se estrutura, ainda produz exclusões, pois possui tantos conteúdos curriculares rígidos que tornam alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco abre espaço para os conhecimentos das crianças. Então, quem não acompanha o conteúdo está fadado à exclusão e ao fracasso. Isto ocorre não só com as crianças com necessidades educacionais especiais, mas com todas as crianças que não acompanham o andamento de sua turma.

Neste sentido Moreira afirma que:

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades, tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis. Em virtude da importância desse processo, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque no conhecimento pedagógico. (MOREIRA, 1997 p.11)

Hoje encontramos professores que entendem que a educação especial é uma modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar barreiras que impedem a criança de exercer sua cidadania. O atendimento especializado é caracterizado como um complemento da educação e não um substituto.

Na perspectiva da inclusão os professores precisam dispor de uma extrema disposição em lidar com situações pedagógicas, que muitas vezes ou na maioria delas são inéditas, únicas. Também se faz necessário que haja uma disposição para a incorporação de novos sistemas, novas concepções sobre ensinar e aprender, concepções que substituam pensamentos paralisados e responsáveis por fazeres condicionado. E nesse processo de romper com velhas estruturas, precisam de outros mediadores de mudanças, pois estas não ocorrem naturalmente. Quando pensamos em inclusão não podemos esquecer que para ela acontecer é necessário pensar em toda a estrutura educacional, todo o contexto social que envolve a escola.

Para que ocorram mudanças é fundamental manter atitudes reflexivas, que possam gerar ações distintas, que indiquem novas concepções, neste movimento dialético que não separa teorias de práticas. Devemos considerar todas as mazelas da instituição escola, porém deve-se acreditar que podem ser construídos novos modos de olhar, entender o contexto de escola, deve-se pensar em diferentes maneiras que construam práticas também diferenciadas e que por consequência mudem a história da inclusão.

Segundo Mazzota (1982, p. 15–17), “a educação consiste em um trabalho racional de favorecer, pela diversidade de oportunidades, cada indivíduo para que venha a ser uma pessoa, no mais alto significado que se possa atribuir ao termo”.

A inclusão ao contrário do que a maioria das pessoas pensa não é um processo simples e sim altamente complexo que necessita do trabalho coletivo de todos e que estes assumam seus papéis, seja a família, a escola, o profissional e o aluno. Desta forma, o trabalho não se restringe a professores de classes especiais

ou regulares, envolve trabalhos constituídos no dia-a-dia onde todos aprendam com as dúvidas geradas, com os equívocos, com as ambiguidades, com os medos, com os desejos e com os conflitos, além de todos os processos pessoais existentes. Por esta e por outras razões não se faz inclusão da noite para o dia, apenas com apelos da mídia e de leis que só estão no papel, ou, ainda com boa vontade individual. Tampouco se faz inclusão eliminando instituições especializadas, sem levar em consideração as contribuições que podem ser geradas.

Na verdade, a inclusão não é um processo em si mesmo, dissociado de outros, igualmente sociais. Para analisá-la, precisamos considerar os mecanismos excludentes que estão presentes pela sociedade, segundo seus preconceitos e/ou o modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. (CARVALHO, 2000, p. 96)

Portanto se faz necessário capacitar recursos humanos dentro de possibilidades da construção de novas posturas e novos tipos de relação inclusiva. Torna-se fundamental que se produzam novas mediações nos contextos de formação de professores, alternando a forma de atuar. Os futuros profissionais precisam de suporte para se compromissar com a diversidade e com a promoção do desenvolvimento, neste caso a escola estaria em melhores condições de trabalho.

Segundo Prado (2007), “acreditar em tais acontecimentos não pode ser considerado uma utopia e sim a vontade de lutar contra todas as descrenças, e acreditar que as mudanças existem e são possíveis”.

A escola precisa estar preparada, juntamente com seus profissionais e com sua comunidade, pois cumpre, entre tantos papéis, o de proporcionar uma educação de qualidade para todos. No que diz respeito à escola, a qualidade da instrução e das informações, a sua organização escolar, suas metodologias de ensino, a adequação do número de alunos por sala de aula e o apoio pedagógico dispensado aos seus profissionais são aspectos altamente importantes para oportunizar uma melhora do sistema educativo.

Neste sentido Mazzota (1982, p. 15 - 17), complementa: “A educação deve buscar suas fontes de apoio nos recursos da pessoa, por mais escassos que eles sejam, mediante a consideração de suas necessidades e fraquezas, suas forças e esperanças”.

Ainda neste sentido e como forma de enfatizar a importância deste ponto, Fehse (2007, p. 80) afirma que:

Cada escola, em conjunto com os pais, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade dos pais, professores, alunos, direção, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos. (FEHSE, 2007, P.80)

A educação neste sentido procede como capaz de transformar o indivíduo, sendo este com necessidades educacionais especiais ou não, tendo em vista que, se a educação deve buscar nos indivíduos seus próprios recursos, ela deve também se destituir de empecilhos para que as possibilidades aconteçam.

Se educar é favorecer o diverso, as necessidades especiais de um indivíduo não podem ser entendidas como obstáculos nos processos educacionais, e sim, devem ser entendidas, trabalhadas, exploradas para ganho de todos.

É indiscutível a importância de uma proposta coerente e comprometida com a Inclusão educacional e social dos alunos, mas tão importante quanto a escola, é a família e a relação da escola com estas famílias, pois esta relação, fundada em bases sólidas de respeito, de segurança, de união e de comprometimento, se tornam fundamentais para o real e amplo desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

3.4 Inclusão e família

A família possui um papel indispensável na vida de uma criança tenha ela um desenvolvimento típico ou alguma deficiência. Por ser o primeiro grupo social onde a criança se insere, ele auxilia na construção de seus primeiros conhecimentos e é destes que ela formula seu autoconceito sobre a vida em sociedade. A participação da família é indispensável e deve ocorrer o mais cedo possível e conservar-se pela vida toda principalmente no período escolar. Esta deve entender que a aprendizagem deve ser estimulada desde o nascimento da criança, quanto mais experiências e conhecimento de mundo a criança tiver contribuirá para a sua segurança na hora dos enfrentamentos vividos.

A família precisa ser paciente e encorajada diante do enfrentamento da notícia de que seu filho é uma pessoa diferente e que apresenta algum tipo de deficiência. A vivência inicia com “luto” do nascimento do filho perfeito. Em um primeiro momento é comum observar que os membros da família ficam procurando eleger culpados, muitas vezes acabam por abandonar outros filhos para compensar o filho com NEE.

Cada família adota uma forma de educação, e escolhem uma maneira que julgam ser a mais eficaz no que se refere à educação, deixando a criança em casa e sem frequentar escola e outros espaços de convívio social, como forma de evitar que outras pessoas possam agredi-la com palavras, com olhares curiosos, com medo ou com indiferença, utilizando neste caso, a superproteção, e as que fazem de conta que as necessidades não existem, como forma de superação das dificuldades.

Nesta pesquisa foram entrevistadas quatro famílias de crianças com necessidades educacionais especiais, a fim de conhecer os sentimentos e experiências por elas vivenciadas frente ao processo de inclusão, estas serão denominadas por letras de A até D. Inicialmente será feita a caracterização das famílias para em seguida trazer as suas concepções sobre o processo de inclusão social e educacional.

A família A é composta por três pessoas, pai (35 anos), mãe (29 anos) e um filho (9 anos com desenvolvimento típico e que estuda em uma escola inclusiva e tem uma colega com deficiência física (cadeirante). Na família entrevistada existem dois casos de pessoas com deficiências, um primo com deficiência auditiva e um sobrinho com seqüela de encefalopatia crônica não progressiva.

A família B é constituída por três pessoas, avó (63 anos), avô (67 anos) e um neto (10 anos), cadeirante que adquiriu esta deficiência depois de um acidente de carro que “afetou” sua medula.

Na família C, seus membros são constituídos por cinco pessoas da seguinte forma: pai (40 anos), mãe (35 anos), filha (8 anos) filho (13 anos) e a tia materna (31 anos) que em decorrência de uma meningite desenvolveu uma deficiência mental, o filho possui deficiência mental acentuada, pois tem a doença Fenilcetonúria, genética, provocada pela ausência ou deficiência da enzima fenilalanina hidroxilase, pode ser diagnóstica pelo Teste do Pezinho, porém quando não diagnosticada a tempo, afeta o cérebro, provocando deficiência mental. A filha também tem a mesma doença que o irmão, mas não possui deficiência, pois a doença foi diagnosticada a tempo.

Já a família D, é constitui-se em grupo com três pessoas, pai (33 anos), mãe (30 anos) e filho (08 anos) com leve deficiência motora, que atingiu a fala.

A seguir serão apresentadas e analisadas as respostas às questões da pesquisa. A primeira questão referiu-se a concepção que os familiares tinham sobre inclusão, para a qual foram encontradas as seguintes respostas. A família A por meio

da mãe assim se pronuncia: *“Neste caso é aceitar outras crianças com alguma deficiência numa escola normal. Inclusão significa incluir, aceitar, neste caso nossa família é a favor da inclusão”*. Percebe-se que esta família entende e aceita o processo de inclusão.

Na questão relativa à experiência de inclusão, as repostas obtidas foram: A família responde afirmativamente, e refere que o filho *“estuda em uma escola inclusiva, e por ser uma criança “normal” seu ganho é extraordinário, faz um ano que ele estuda na escola, tem uma colega cadeirante e não fica mais tão curioso quando vê ou conhece alguém especial”*, Já a família C, tem a seguinte experiência: *“Não sei se é inclusão, pois o levo a todos os lugares, mas já passamos por preconceitos em hospitais, lugares público, não aceito brigo mesmo, não entendo se é certo ou errado, mas faço.”* Relacionando as respostas, podemos observar que as duas famílias participam do processo de inclusão, uma como “expectadora”, pois seu filho não possui nenhuma NEE e a outra como “sujeito atuante”.

Embora seja em si mesma uma unidade social significativa, a família não vive em um vácuo social. Ela é, na verdade, uma parte de unidade social maior, a comunidade imediata e a sociedade total em que existe. (BUSCAGLIA, 97, p. 80)

Nesse sentido, vale dizer que a família, mesmo sendo significativa socialmente, mesmo sendo considerada como uma unidade, ela faz parte de outro meio maior, que inclui uma sociedade com outras famílias e grupos sociais, que divergem, muitas vezes de suas concepções e de sua realidade.

Quando questionado qual papel da família frente à inclusão, a família B afirma que: *“É Uma luta diária para exigir direitos nos estabelecimentos comerciais, direitos públicos a remédios e auxílio médico, o direito de levá-lo a todos os lugares que ele deseja, e também não é lutar somente por ele, mas sim por todos, conscientizarem outras famílias sobre a importância da inclusão, que todos têm direitos e devem lutar por um futuro melhor”* e a família D confirma a importância da família afirmando que *“A família é o alicerce, participar ativamente junto com a escola, estar dentro de tudo que os professores fazem para continuar fazendo em casa. Dizer sim e dizer não, pois não são só direitos são deveres a serem cumpridos”*. Percebe-se nas duas falas o comprometimento e a consciência de que para a inclusão realmente existir faz-se necessário o apoio de todos os envolvidos neste processo.

A importância do papel da família não pode ser minimizada, pois é neste campo de experiências seguro que os indivíduos deficientes primeiro aprenderão e comprovarão continuamente que, apesar de suas graves limitações, é-lhes permitido serem eles mesmos. (BUSCAGLIA, 1997, p. 90)

Finalizando as questões perguntei: Quais os sentimentos, medos, ganhos e expectativas frente à inclusão. A família A diz *“Não temos medo nenhum, as maiores expectativas é que as pessoas especiais possam ter melhor visão das coisas, que todos se aceitem como são sem o olhar preconceituoso que é muito presente em nosso meio”*. E a família B afirma *“Medos nenhum. Mesmo passando por alguns preconceitos no começo, nunca desistimos. Ganhos são muitos de cobrarem direitos e deveres tanto dele, como os das pessoas de sua convivência com ou sem necessidade especial”* Pode-se constatar que as duas famílias enfrentam a inclusão sem medos, apenas buscam por seus direitos. Já a família D diz *“Temos medo da rejeição, do preconceito, de como ele vai ser recebido pelos professores, pelos colegas, insegurança do aprendizado, porém acreditamos que a escola inclusiva vai contribuir com conhecimento para a vida.”* Na fala desta família pode-se constatar o medo e insegurança do desconhecido já que não sabe se haverá na escola a mesma proteção existente em casa.

Acompanhando o medo vem a incerteza em relação a criança, a deficiência e ao seu prognóstico, as reações das pessoas a nós e a criança. Incerteza ao nosso papel e capacidade, ao nosso futuro e ao da criança. Também nos inquietamos em relação ao que o filho pensará de nós quando crescer. Não é raro, portanto, que após o nascimento da criança e o conseqüente assalto dos sentimentos devastadores para os quais todos estão preparados em geral se siga um período de profunda depressão. (BUSCAGLIA, 1997, p.108, 109)

Então se entende que a família deve assumir sua parte de responsabilidades, pois é dentro de seus limites que a criança aprenderá a desenvolver suas individualidades, aceitando a inclusão como um assunto que merece ainda muito estudo sobre como praticá-la. Deve-se considerar que toda e qualquer família merece receber várias explicações acerca do tema em pauta, tendo ou não filhos com necessidades educacionais especiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado buscando conhecer as compreensões e anseios das famílias de alunos com e sem necessidades educacionais especiais frente à inclusão escolar, com objetivo de refletir e discutir frente a educação inclusiva e suas interfaces, compreendendo que esta ação de construção coletiva está apenas no início.

Em relação às famílias, procurou-se entender como estas compreendem e vivenciam o processo de inclusão. As famílias pesquisadas apresentam dúvidas e ansiedades de como proceder à frente ao processo inclusivo e mostram-se receosas com as consequências de ter um filho incluído.

As famílias, quando investigadas mesmo não tendo total entendimento sobre a inclusão mostram-se a favor deste processo.

Verificou-se que a inclusão existe, e que apesar de ser um processo que está no início, funciona e dá certo desde que os sujeitos envolvidos adotem um compromisso coletivo e cada um faça o que lhe cabe.

A família, a escola e a sociedade devem valorizar as diferenças e potencialidades os saberes para que aconteça uma maior humanização de todos.

Faz-se necessário acreditar que a inclusão pode e deve acontecer e funcionar.

Para isto precisa existir investimento de todos os envolvidos neste processo, escola, poder público e família e o mais importante uma modificação profunda no olhar para as diferenças na escola, pelos profissionais e familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Tradução de Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1997.

CARVALHO, RositaEdler. **Removendo barreiras para aprendizagem: Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Portugal: Porto Editora, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOTTI, M. O. et al. **Direito à Educação: Subsídios para a Gestão de Sistemas Educacionais: Orientações Gerais e Marcos Legais**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

LIMA, Sandra Vaz. **Artigos internet em <http://www.artigonal.com/educação-artigos>**. Acesso em maio 2010.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

_____. **Educação especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOREIRA, Antônio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

PRADO, Eliana. **Escola e Inclusão**. Disponível em: <http://www.proinclusao.org.com.br.html>. Acesso em maio. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry ; PERES, José Augusto de Souza; [et al]. **Pesquisa**

social: métodos e técnica. São Paulo: Atlas, 1999.

WIKIPEDIA. A enciclopédia livre. Em <http://www.pt.wikipedia.org>. Acesso em maio de 2010.

LIMA. Sandra Vaz de. www.artigonal.com/educação-artigos. 2009.

TURCHIELLO, Priscila. **A Hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva: Problematizando discursos oficiais.** 2009. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria -, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Ficha de entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS
PROJETO DE PESQUISA**

ACADÊMICA: CANDIDA TATIANE DE FREITAS GOMES

QUESTÕES PARA MONOGRAFIA

1. Qual a sua concepção sobre de inclusão?
2. Seu filho participa ou participou de experiência com inclusão? Explique.
3. Quais as experiências que sua família teve ou tem sobre inclusão?
4. Qual papel da família frente à inclusão?
5. Quais os sentimentos, medos, ganhos e expectativas frente à inclusão?